

INFORMATIVO ANAMATRA

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO - ANO XIII Nº 127 - RETROSPECTIVA 2009

Impresso
Especial

1000011849/2006-DR/BSB
Anamatra

///CORREIOS///

DEVOLUÇÃO
GARANTIDA

///CORREIOS///

RETROSPECTIVA





Carta ao Associado

3 Destaques do ano

6 Legislativo

10 Judiciário

12 CNJ e CSJT

14 Associativas

17 Nacional

18 De Brasília

20 Internacional

21 Aposentados

22 Direitos Humanos

Caros colegas,

Mais um ano se inicia e com ele a certeza de mais trabalho para o movimento associativo. Exemplo disso é este Informativo, que traz um breve resumo das principais atividades realizadas pela Anamatra durante o ano de 2009 e mostra a variedade de temas que tratamos durante o ano que se passou.

Se as vitórias não foram completas, ou por vezes não as conquistamos, começo 2010 certo de que todos os esforços foram e continuam sendo envidados pelos colegas da diretoria para que os direitos e prerrogativas de nossa magistratura sigam sendo respeitados; bem como para que os direitos trabalhistas, tão arduamente batalhados no decorrer de décadas, sejam preservados. E essa é uma luta que não se trava apenas dentro de nossa Associação, mas perpassa os três poderes da República, as ruas e a própria sociedade.

Um exemplo disso foi o reajuste dos subsídios dos ministros do Supremo Tribunal Federal, sancionado em setembro passado pelo presidente Lula, resultado de um incansável trabalho dos colegas de nossa diretoria, das Amatras, da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público e de juizes do Trabalho de todo o Brasil. Após esperar por mais de três anos, obtivemos uma resposta, mas, certamente, nossa luta não restou acabada. A valorização de nossa carreira é uma luta que a Anamatra compromete-se a travar, dia após dia, de forma efetiva, progressista e corajosa.

Em outra seara, a dos direitos humanos, não há como fechar os olhos, nesse início de ano, para o problema que nossos irmãos haitianos estão vivendo neste exato momento. E, ao passo em que o Brasil e o mundo mobilizam-se em uma só força solidária, acredito que seja o momento de refletirmos de que forma podemos dar a nossa contribuição para que mazelas como a fome, a miséria, o desemprego e o trabalho forçado e infantil possam ser extintos. Como já dizia Hanna Arendt, “a essência dos direitos humanos é o direito a ter direitos”. E é como esta reflexão que acredito que devemos iniciar 2010 – com um pensamento de solidariedade, coletividade e boa vontade.

Desejo a todos um feliz 2010, com muito trabalho e esperança para todos!

“Somente seres humanos excepcionais e irrepreensíveis suscitam ideias generosas e ações elevadas” (Albert Einstein)

Luciano Athayde Chaves
Presidente da Anamatra

EXPEDIENTE

Presidente: Luciano Athayde Chaves (Amatra 21); **Vice-Presidente:** Renato Henry Sant’Anna (Amatra 15); **Secretária-Geral:** Maria de Fátima Coelho Borges Stern (Amatra 5); **Diretor Administrativo:** Ibrahim Alves da Silva Filho (Amatra 6); **Diretor Financeiro:** Antônio Neves de Freitas (Amatra 3); **Diretora de Comunicação Social:** Nélie Oliveira Perbeils (Amatra 1); **Diretor de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos:** Germano Silveira de Siqueira (Amatra 7); **Diretor de Assuntos Legislativos:** Ary Marimon Filho (Amatra 4); **Diretor de Formação e Cultura:** Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira (Amatra 9); **Diretora de Eventos e Convênios:** Carla Reita Faria Leal (Amatra 23); **Diretor de Informática:** José Ribamar Oliveira Lima Júnior (Amatra 10); **Diretora de Aposentados:** Cristina Ottoni Valero (Amatra 2); **Diretor de Cidadania e Direitos Humanos:** Gabriel Napoleão Velloso Filho (Amatra 8); **Conselho Fiscal:** Eulaide Maria Vilela Lins (Amatra 11), Rodrigo Dias da Fonseca (Amatra 18) e Narbal Fileti (Amatra 12); **Suplente:** Vitor Leandro Yamada (Amatra 14). **Correspondências:** SHS Qd 06 Bl E Conj A Salas 602/608 Brasília/DF CEP: 70316-000. **Na Internet:** www.anamatra.org.br ; **Contato:** (61) 3322-0266 / 3321-7388 ; imprensa@anamatra.org.br ; **Redação e edição:** Bárbara Nogueira (8016/DF) e Viviane Dias (22651/RJ); **Jornalista responsável:** Viviane Dias; **Marketing:** Adriana Zetula; **Revisão:** Lunde Braghini (MTB 158/93); **Diagramação:** Julio Leitão; **Impressão:** Mais Gráfica e Editora Ltda; **Tiragem:** 4.200

Reajuste dos subsídios dos ministros do STF

Fotos: Arquivo Anamatra e Agência Câmara



Um dos grandes destaques do ano de 2009 foi a aprovação do projeto que reajustou os subsídios dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Sancionada pelo presidente da República em setembro, a proposta sofreu alteração na Câmara dos Deputados, restando o índice de 5% a partir de setembro de 2009 e 3,88% a partir de fevereiro de 2010.

A magistratura esperou mais de três anos pela aprovação do texto, apresentado ainda em 2006 na Câmara dos Deputados. Naquela Casa, o projeto original (PL nº 7.297) tramitou desde julho de 2006, quando foi enviado novo texto (PL

5.921/2009) pelo STF, em 31 de agosto, que atualizava o índice, já que a proposta anterior estava defasada devido ao tempo que ficou aguardando votação.

Desde que foi apresentado em 2006, os dirigentes da Anamatra e os integrantes do Conselho de Representantes da entidade, além de magistrados associados de diversas regiões, trabalharam constantemente pela aprovação do projeto de reajuste dos subsídios, levando às lideranças partidárias a importância da matéria para a valorização da magistratura por dar efetividade ao princípio da revisão anual, com reposição de perdas

inflacionárias, enfatizando, inclusive, a previsão orçamentária da matéria.

Durante esses três anos, a atuação da entidade e de integrantes da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União em defesa da proposta perpassou o Congresso Nacional, com a realização de audiências com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), com ministros de Estado, entre eles do Planejamento e das Relações Institucionais, além de representantes da Secretaria de Reforma do Judiciário, entre diversas outras autoridades. ■

Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União

A união dos magistrados e dos membros do Ministério Público da União é representada pelo trabalho da Frente Associativa, que atuou durante momentos diversos no ano de 2009, em especial na aprovação da proposta que reajustou os subsídios dos ministros do STF. Outros assuntos também foram debatidos durante o ano, a exemplo do restabelecimento do adicional por tempo de serviço (ATS), do plano de cargos e salários dos servidores, e dos critérios de escolha de ministros para composição do STF.

No mês de agosto, a Anamatra, por intermédio de seu presidente, Luciano Athayde, assumiu a coordenação da Frente. Criada em 2007, a Frente Associativa reúne oito entidades de classe com o objetivo de unir esforços para discutir questões de interesse comum às carreiras. São elas: a Anamatra, a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), a Associação dos Magistrados do Distrito Federal (Amagis-DF), a Associação dos Magistrados da Justiça Militar Federal (Amajum), a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), a Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT) e a Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM). ■

Anamatra na mídia

A Anamatra foi destaque nos principais jornais do país durante o ano de 2009. Manifestando-se sobre assuntos diversos em reportagens e entrevistas, o presidente da Anamatra, Luciano Athayde, teve ainda artigos publicados na Folha de São Paulo (terceirização e PEC dos 75 anos), Estado de S. Paulo (efetivação dos direitos), Jornal do Brasil (precatórios), Valor (democratização do Judiciário) e Correio Braziliense (direitos humanos). ■

Prêmio Anamatra de Direitos Humanos

Fotos: Alessandro Dias



A terceira edição do Prêmio Anamatra de Direitos Humanos foi realizada no mês de dezembro, premiando: na categoria “Judiciário Cidadão”, a juíza Ziula Cristina da Silveira Sbroglia, da Vara do Trabalho de Cornélio Procópio, no Paraná; na categoria “Instituição”, a Fundação de Rotarianos de São Paulo, que promove no município de Cotia, em São Paulo, o Programa

de Aprendizagem Profissional para Surdos e com Deficiência Física; e na categoria “Imprensa”, o repórter Lúcio de Castro, do Sportv, com a reportagem “Escravos do Século 21”, que abordou a realidade de milhares de bolivianos, vítimas de um sistema análogo ao da escravidão, nas oficinas de costura de São Paulo e Buenos Aires. ■

Defesa da competência da Justiça do Trabalho

Defender a competência da Justiça do Trabalho foi uma constante da Anamatra durante o ano de 2009. Exemplo disso foi a realização do “2º Seminário Nacional sobre a Ampliação da Competência da Justiça do Trabalho – 5 anos depois”, entre os dias 15 e 17 de abril, em Belo Horizonte, que teve como objetivo avaliar os impactos da ampliação da competência da Justiça do Trabalho decorrentes da promulgação da Emenda Constitucional (EC) nº 45 de 2004 e a interpretação que lhe vem sendo dada pelos Tribunais Superiores. O evento culminou na publicação de um livro sobre o assunto.

No Supremo Tribunal Federal (STF), a entidade também firmou sua posição sobre o tema. No mês de janeiro, a entidade protocolou pedido de indeferimento de ação civil pública que objetivava permitir ao município de Campina Grande (PB) a contratação de empregados através de cooperativas

de trabalho para trabalho temporário. O município não só explorava os serviços dos referidos trabalhadores com contratações irregulares, mas também desrespeitava o termo de ajuste de conduta.

Ainda no STF, no mês de julho, a Anamatra entregou ao presidente, ministro Gilmar Mendes, carta pedindo a participação nos julgamentos que envolvessem os debates sobre a competência da justiça do Trabalho. Da mesma forma, ao Superior Tribunal de Justiça, a entidade pediu a participação nos julgamentos que envolvessem debates sobre o mesmo assunto.

As súmulas vinculantes sobre o tema também foram objeto da atuação da Anamatra. A entidade entregou ao presidente do STF e ao advogado-geral da União manifestação contrária da entidade à Proposta de Súmula Vinculante (PSV) nº 28 do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinava que a



Planejamento estratégico e orçamento

Um dos grandes temas de 2009 foi o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, conforme proposto pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). E a grande vitória da Anamatra e dos magistrados foi a ratificação, pelo CNJ, da participação democrática e efetiva de magistrados e serventuários, designados por suas entidades representativas, na elaboração e na execução de suas propostas orçamentárias e planejamentos estratégicos, por meio da Resolução nº 70, aprovada no mês de março.

O próprio ministro Gilmar Mendes, explicitando seu entendimento durante sessão do Conselho, no mês de julho, falou da importância da participação das entidades de classe na discussão do tema. Na ocasião, a Anamatra reconheceu a importância do planejamento e falou da deliberação do Conselho de Representantes da entidade pela criação de uma assessoria de orçamento, com o objetivo de subsidiar as comissões sobre o tema nos tribunais. A assessoria de orçamento da Anamatra iniciou os trabalhos em julho de 2009.

No que tange especificamente a questão do orçamento público, a Anamatra promoveu, no mês de novembro, o 3º Curso de Orçamento Público, que reuniu juizes do Trabalho de diversas regiões em Brasília. O evento teve como objetivo apresentar aos magistrados um pouco mais do funcionamento orçamentário nos três Poderes, com ênfase na

elaboração, apreciação e execução orçamentária. O curso foi conduzido pelo professor Francisco Glauber Lima Mota, especialista em políticas públicas e gestão governamental, e contou com a presença de diversos convidados, entre eles o secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Rubens Curado, que palestrou na abertura do evento. ■

Fotos: Arquivo Anamatra



Foto: Arquivo Anamatra



competência da Justiça do Trabalho alcançaria apenas a execução das contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir. A atuação da entidade culminou na suspensão da edição da súmula, em outubro. Na ocasião, também seria suspensa a proposta de súmula que dava à Justiça Comum a competência para processar e julgar causas instauradas entre a Administração Pública e seus servidores submetidos a regime especial disciplinado por lei local.

No mês de junho uma vitória foi conseguida no STF, quando a Corte decidiu pela competência da Justiça do Trabalho para julgar os pedidos de indenização decorrentes de acidente do trabalho fatal formulados por dependentes da vítima (cônjuges, filhos ou outros dependentes). O Supremo também decidiu em favor da competência da Justiça do Trabalho no mês de dezembro, quando aprovou duas

propostas de súmula referentes às ações de indenização por danos morais e patrimoniais e ao direito de greve. A competência da Justiça do Trabalho nos dois casos já era tema pacificado na Corte.

Na seara legislativa, a Anamatra atuou pela aprovação da PEC 294/2008, que confere à Justiça do Trabalho a competência material para julgar os dissídios decorrentes da contratação irregular na administração pública, em inobservância ao disposto no art. 97 d, incisos II, V e IX da Constituição Federal. O tema foi discutido em audiência no mês de novembro com o procurador-geral do Trabalho, Otavio Brito Lopes, e representantes da Associação dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe). A entidade também atuou no Projeto de Lei nº 6.542/2006, que visa regulamentar o inciso IX do art. 114 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda nº 45/2004, o qual delegou à lei ordinária a tarefa de determinar o âmbito da competência suplementar da Justiça do Trabalho. ■

PEC dos Precatórios

Foto: Luiz Alvez/Ag. Câmara



A PEC 12/2006, conhecida como PEC dos Precatórios, foi promulgada pelo Congresso Nacional, no mês de dezembro, e passou a constituir a Emenda Constitucional nº 62/2009. A Anamatra acompanhou a tramitação da matéria desde o início, participou de uma marcha contra a sua aprovação (foto) em maio, além de audiências na Câmara dos Deputados.

Com a criação da Comissão Especial na Câmara, a entidade enviou sugestões

ao texto, que foram incorporadas à proposta aprovada pelo Senado Federal, a exemplo da preferência dada aos créditos alimentícios dos portadores de doenças graves e dos idosos (60 anos ou mais).

Apesar das mudanças, a entidade manifestou sua preocupação, em especial, com o regime negocial proposto pela PEC. Na prática, a proposta permite que estados e municípios

realizem um leilão no qual o credor poderá propor descontos para receber o dinheiro sem seguir a ordem de emissão dos precatórios. Outra preocupação da entidade é quanto à ausência, no texto aprovado, da proibição da cessão dos créditos alimentares (a proposta já prevê que os precatórios de natureza alimentícia sejam pagos com preferência sobre os demais). ■

Restabelecimento do ATS

Assim como o reajuste dos subsídios dos ministros do STF, outra matéria prioritária para a Anamatra no ano de 2009 foi a PEC que restabelece o Adicional por Tempo de Serviço (ATS) como componente da remuneração das carreiras da magistratura e do Ministério Público. As duas propostas – Senado (PEC 21/2008) e Câmara (PEC 210/07) – foram objeto de diversas audiências da Anamatra e outras entidades com parlamentares e participação em audiências públicas.

O restabelecimento do ATS é bandeira histórica da Anamatra. O texto original das PECs partiu de sugestão da entidade e de integrantes da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público, com o respaldo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). ■

Remoção de juiz titular

O projeto de lei que visa à redução do prazo do pedido para remoção de juiz titular de 15 para 5 dias (PL 6.366/2009) foi outra prioridade da Anamatra durante o ano de 2009. O texto da proposta que dá nova redação à alínea “a” e ao parágrafo 5º e ao art. 654 da CLT foi fruto de um anteprojeto elaborado pela Anamatra e apresentado pelo deputado Paes Landim (PTB/PI). ■

Ação civil pública

O Projeto de Lei (PL) nº 5.139/2009, que “disciplina a ação civil pública para a tutela de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos, e dá outras providências”, também foi acompanhado pela Comissão Legislativa da Anamatra, que estuda o envio de sugestões à proposta, de relatoria do deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), na Comissão de Constituição e Justiça. ■

Cargos e vagas em TRTs

Outra prioridade da Anamatra durante todo o ano de 2009 foi o acompanhamento dos projetos que criaram cargos e vagas de desembargadores e servidores em Tribunais Regionais do Trabalho em diversas Regiões do País. ■

Filho deficiente

A Anamatra acompanhou sessão da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados, em outubro, quando foi aprovada proposta que possibilita a ausência justificada de pais de crianças portadoras de deficiência física no turno da jornada de trabalho em que for necessário o acompanhamento das mesmas nas terapias e tratamentos médicos. O texto beneficia trabalhadores regidos pela CLT. ■

Emenda nº 3

A Anamatra e outras entidades de classe divulgaram, no mês de maio, nota oficial a favor da manutenção do veto presidencial à Emenda nº 3 que limita a atuação fiscalizadora do Ministério do Trabalho e Emprego, camuflando a precarização das relações do trabalho. A nota foi distribuída aos parlamentares. O veto presidencial (veto nº10/2007) não foi apreciado pelo Congresso Nacional no ano de 2009.

A Emenda 3, incluída por parlamentares na lei que criou a Super-Receita, impede que auditores fiscais do Trabalho apontem vínculos empregatícios entre patrões e funcionários quando forem encontradas irregularidades. Pela Emenda, apenas a Justiça do Trabalho estaria autorizada a reconhecer esse vínculo. ■

Regime de férias

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 48/2009, que altera os arts. 93 e 98 para prever o direito a férias anuais, individuais e coletivas dos magistrados e membros do Ministério Público, foi debatida em diversos momentos pela Anamatra no decorrer de 2009, inclusive em audiências com integrantes do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e demais entidades representativas da magistratura e do Ministério Público. No fim do ano, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) propôs realização de audiência pública para discutir o tema em 2010. ■

Aposentadoria compulsória

Foto: Arquivo Anamatra



Um intenso movimento foi travado durante o ano de 2009 contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 457/2005 que aumenta o limite da idade para a aposentadoria compulsória de 70 para 75 anos para os servidores públicos. Além de audiências com parlamentares ocorridas durante o ano, a entidade participou de um ato público no dia 17 de junho no salão verde da Câmara dos Deputados, que reuniu diversos magistrados e membros do Ministério Público. Na ocasião, foi entregue ao presidente da Câmara, deputado Michel Temer, manifesto assinado por diversas entidades de classe contrárias à proposta (foto). ■

Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral

A Anamatra aderiu no mês de julho ao comitê nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), que tem sede em Brasília. O comitê acompanha de perto a atuação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e mantém contato com os responsáveis pela adoção de medidas que favoreçam a lisura do processo eleitoral em todo o Brasil. ■

Reforma do CPC

A Anamatra instalou, em novembro, comissão de magistrados para apresentar sugestões ao texto do anteprojeto da reforma do Código de Processo Civil (CPC), tendo em vista a importância do instituto para o Processo do Trabalho que o utiliza de forma subsidiária. A iniciativa surgiu a partir da criação de comissão de ilustres juristas nomeada pelo Senado Federal para propor melhorias na lei processual civil. ■

Ônus da prova

O ônus da prova nas reclamações sobre insalubridade e periculosidade e os critérios para a remuneração do perito em caso de assistência judiciária gratuita são objetos do projeto de lei 3.427/2008. A Anamatra entregou à deputada Manuela D'Ávila (PCdoB-RS), relatora do projeto na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), diversas sugestões da entidade, que foram acrescentadas pela parlamentar à proposição. ■

Trabalho temporário no meio rural

No mês de setembro, a Anamatra participou de audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, ocasião em que foi debatida a possibilidade de contratação de mão-de-obra temporária na área rural, conforme prevê o Projeto de Lei 171/04, de autoria do então senador Ramez Tebet, que altera a Lei nº 6.019/74. A legislação atual apenas autoriza essa contratação por empresas urbanas em decorrência de real necessidade de utilização de mão-de-obra pela empresa tomadora dos serviços. A entidade manifestou sua posição contrária por entender que o mesmo pode agravar a precarização do trabalho no campo. ■

Segurança no Poder Judiciário

A Anamatra participou, no mês de agosto, de audiência pública na Câmara dos Deputados para discutir a segurança no Poder Judiciário, promovida pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, atendendo proposição do deputado Laerte Bessa (PMDB-DF). Na ocasião, a Anamatra ressaltou os problemas referentes à Justiça do Trabalho, em especial o trabalho escravo. Também foi entregue à Comissão cópia do documento Política Nacional de Segurança para os Juízes do Trabalho, elaborado em parceria com a Associação dos Magistrados do Trabalho da 15ª Região (Amatra 15) ainda em 2006. ■

Redução da jornada de trabalho

Foto: Arquivo Anamatra



O ano de 2009 marcou também a atuação da Anamatra pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 231/95, que reduz de 44 para 40 horas a carga horária de trabalho semanal e que eleva o valor da hora extra para 75% sobre o da hora normal, conforme substitutivo do deputado Vicentinho (PT-SP). A entidade participou de audiência pública no mês de abril para discutir a proposta. No mês de agosto, o presidente da Anamatra, Luciano Athayde, participou da comissão geral que discutiu o tema (foto), realizada no plenário da Câmara dos Deputados e presidida pelo deputado Michel Temer (PMDB-SP). ■

Aviso prévio

A Comissão Legislativa da Anamatra, com o objetivo de alterar o artigo 487 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – que dispõe sobre a regulamentação do aviso prévio –, entregou ao senador Paulo Paim (PT/RS) anteprojeto sobre o tema, prontamente apresentado à Secretaria-Geral da Mesa do Senado pelo parlamentar. Com a proposta (PLS nº 112/2009), o objetivo é alterar os prazos do aviso prévio, que passariam a ser proporcionais ao tempo de serviço do empregado na empresa. Para a Anamatra, o prazo de trinta dias estabelecido pela Constituição Federal é apenas um marco mínimo para que o empregado possa fazer frente ao traumático evento da dispensa. Trata-se de uma iniciativa que visa à regulamentação do dispositivo constitucional que prevê o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço. ■

Reforma do Judiciário

A PEC 358/2005, que trata da segunda parte da Reforma do Poder Judiciário, também foi uma das prioridades da Anamatra em 2009. Em ocasiões diversas, a entidade reuniu-se com diversos parlamentares, colocando-se à disposição para debater o tema. ■

Atuação conjunta

No mês de março, a convite do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Cesar Asfor Rocha, o então presidente da Anamatra, Cláudio José Montesso, participou de almoço no salão nobre do STJ com a participação de diversos senadores integrantes da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. O encontro teve como objetivo dar continuidade à política de aproximação do Poder Judiciário com o Congresso Nacional para aprovação de pautas de interesse da magistratura brasileira. O encontro contou também com a participação dos ministros do STJ Nilson Naves, Fernando Gonçalves, Hamilton Carvalhido e Felix Fischer, e do presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Mozart Valadares. ■



Agenda Político-Institucional na Câmara

A Anamatra lançou, em março, na Câmara dos Deputados, a terceira edição de sua Agenda Político-Institucional. Desenvolvida como um instrumento de informação destinado às entidades participativas do debate público, a publicação deu um panorama das ações desenvolvidas pela Associação, além de tornar público o pensamento e a posição política da entidade a respeito dos temas destacados por todas as esferas do governo e, em especial, no que tange ao Judiciário brasileiro.

Foram destaques da terceira edição como prioridades da Anamatra a segunda etapa da Reforma do Judiciário; a regulamentação da Emenda Constitucional nº 45/2004; a Campanha para Efetivação do Direito do Trabalho; a Reforma do Processo do Trabalho e aprovação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; a valorização do concurso público para ingresso na magistratura; a manutenção da aposentadoria compulsória aos 70 anos; o combate ao trabalho escravo e infantil; entre outros assuntos. ■

Assédio moral

O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, participou em junho de audiência pública na Comissão de Trabalho de Administração e de Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados. O encontro teve como objetivo discutir o Projeto de Lei nº 2.369/03, do deputado Mauro Passos (PT-SC), que dispõe sobre o assédio moral nas relações de trabalho. Na ocasião, o magistrado ressaltou o fato de o tema “assédio moral” estar na agenda da sociedade brasileira e de as ações por danos morais estarem crescendo na Justiça do Trabalho. Para ele, o projeto cumpre uma missão primordial que é o efeito pedagógico que a legislação ainda produz na sociedade. ■

Reconsolidação da CLT

A Anamatra participou, em março, da reunião do Grupo de Trabalho de Consolidação da Legislação Brasileira (GTCL) com o objetivo de discutir o Projeto de Lei 1.987/2007, que propõe reunir em um único texto o teor de toda a legislação trabalhista brasileira. Na reunião, o relator destacou nominalmente a participação das entidades que contribuíram para a elaboração do documento, entre elas a Anamatra. A entidade integrou o grupo de assessoramento técnico externo, criado com o objetivo de apresentar críticas e sugestões ao projeto, composto por magistrados, procuradores do trabalho, auditores fiscais do trabalho e advogados. ■

Proibição da cobrança de taxas

A Anamatra acompanhou sessão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, no mês de novembro, quando foi aprovado o Projeto de Lei nº 6.246/05, de autoria da deputada Sandra Rosado (PSB-RN), que proíbe a cobrança de taxas, pelas empresas privadas, para fins de preenchimento de vagas em seu quadro de pessoal. A proposição determina, ainda, a aplicação de multa administrativa aos empregadores que transgredirem a regra proposta. A entidade saudou a iniciativa de aprovação do projeto. ■

Terceirização

O tema “terceirização” é tratado em diversas propostas no Congresso Nacional e é matéria prioritária da Anamatra. Exemplo disso foi a audiência pública que a Associação participou no mês de setembro, na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, para discutir as relações de trabalho em atividades terceirizadas no setor privado e em sociedades de economia mista. Na ocasião, os participantes debateram o Projeto de Lei (PL) nº 1.621/07, do deputado Vicentinho (PT-SP), que regulamenta essas relações. A Anamatra falou dos pontos positivos da proposta, como a proibição da terceirização da atividade-fim da empresa, a melhoria dos créditos dos trabalhadores, a previsão da responsabilidade solidária da tomadora de serviços, entre outros aspectos. ■

90 anos da OIT

2009 marcou os 90 anos da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A Anamatra, reconhecendo a importância do fato, participou, em abril, de audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. O encontro teve como objetivo discutir a atuação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) desde a sua instalação no Brasil, em 1950. ■

Ministro Gilmar Mendes recebe magistrados

Foto: Ascom/Ajuje



Durante ocasiões diversas no ano de 2009, o presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, recebeu dirigentes da Anamatra. Exemplo disso foram os meses de outubro e novembro, quando o ministro reuniu-se com a Anamatra e outros magistrados para discutir assuntos diversos, a exemplo de temas remuneratórios e planejamento estratégico. ■

Reforma da Previdência

Foto: Ascom/Ajuje



A Anamatra e a Ajuje entregaram no mês de maio ao ministro Gilmar Mendes requerimento pedindo o julgamento e especial atenção para as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 3.308, 3363, ambas da Anamatra, e 3.998, da Ajuje. As ADIs tratam da Reforma da Previdência e estão sob a relatoria do próprio Gilmar Mendes.

Na ADI 3.308, a Anamatra contesta dispositivos instituídos pela Reforma da Previdência que alteram o regime de aposentadoria dos magistrados. Já na ADI 3.363, a entidade entrou com pedido de liminar para excluir a magistratura da Reforma da Previdência iniciada pela Emenda Constitucional nº 20/98 e continuada pela Emenda Constitucional nº 41/03. Na ADI 3998, ajuizada pela Ajuje, a entidade pleiteia a declaração de inconstitucionalidade do inciso VI do art. 93 da Constituição Federal, decorrente de modificações introduzidas pela EC nº 20. ■

Comissões de Conciliação Prévia

O STF decidiu no mês de maio, por maioria de votos, que demandas trabalhistas podem ser submetidas à Justiça do Trabalho antes que tenham sido analisadas por uma Comissão de Conciliação Prévia (CCP). No entendimento dos ministros do Supremo, a decisão preserva o direito universal dos cidadãos de acesso à Justiça.

As irregularidades nas Comissões de Conciliação Prévia são preocupação histórica da Anamatra. Em 2002, a entidade encaminhou ao então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e ao ministro do Trabalho e Emprego, Paulo Jobim, um relatório sobre irregularidades nas Comissões. O relatório foi baseado em levantamento feito nos estados do Amazonas, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte e apontou como as irregularidades mais frequentes a cobrança de percentual sobre o valor do acordo homologado, tanto do empregador quanto do trabalhador, e quitação geral de direitos e não apenas das parcelas objeto da transação

No mesmo ano, por via legislativa, a Anamatra encaminhou à Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados proposta de mudanças na legislação desse mecanismo (arts. 625-A a 625-H da CLT), sugestão essa que acabou virando o Projeto de Lei nº 1.974/03, apensado, posteriormente, ao PL nº 498/03 juntamente com o PL nº 2.483/2003. ■

2º Encontro Nacional do Judiciário

A Anamatra participou, no mês de fevereiro, em Belo Horizonte (MG), do 2º Encontro Nacional do Judiciário. O evento teve como objetivo apresentar, discutir e aprovar as diretrizes estratégicas do Poder Judiciário para os próximos cinco anos, e consolidá-las no documento "Planejamento Estratégico do Poder Judiciário", sob a coordenação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O encontro foi conduzido pelo presidente do CNJ e do STF, ministro Gilmar Mendes. ■

Indenização por acidente de trabalho

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) revogou em setembro a Súmula 366, de 26 de novembro de 2008, que estabelecia ser da justiça estadual a competência para processar e julgar ação indenizatória proposta por viúva e filhos de empregado falecido em acidente de trabalho. A decisão da Corte Especial do STJ veio após análise de um conflito de competência (CC 101.977), cujo relator era o ministro Teori Zavascki, que propôs o cancelamento da súmula.

A Anamatra havia pedido ao STJ a revogação da súmula, em requerimento formulado ao órgão no dia 25 de maio. No documento, a entidade lembrou que Emenda Constitucional nº 45/2005 conferiu à Justiça do Trabalho a competência para processar e julgar quaisquer ações que tenham sua origem na relação de trabalho, aí incluídas as ações de indenização por dano moral ou patrimonial. ■

Novo estatuto para os magistrados

Foto: arquivo Anamatra



A Anamatra e a AMB entregaram no mês de março ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski documento com as propostas consensuais das entidades que versam sobre o novo Estatuto da Magistratura. Lewandowski é o relator da comissão do STF que analisa o Estatuto. O documento entregue ao ministro foi elaborado a partir de reuniões que as entidades tiveram durante todo o ano de 2008 para tratar do assunto. ■

Remoção de magistrados entre tribunais

O Tribunal de Contas da União (TCU) julgou no mês de setembro recurso interposto pela Anamatra no órgão (Proc.TC-026.899/2006-0), no qual a entidade defendia a manutenção da permissividade da remoção dos magistrados entre tribunais. Em seu voto, o relator, ministro Aroldo Cedraz, conheceu do recurso da entidade e julgou improcedente a representação formulada pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

O entendimento da Corte de Contas foi no sentido de ser injustificável a inaplicação do instituto da remoção aos juízes do Trabalho, o que lhes vedaria o exercício de direito constitucionalmente garantido (art. 93, VIII-A). ■

Parcela de substituição a magistrados

A Anamatra impetrou Mandado de Segurança (MS 27912), em março, no STF. Nos autos, a entidade pediu o reconhecimento do direito dos juízes substitutos de receber o subsídio de juiz titular, quando estivessem substituindo ou auxiliando, durante o período de férias ou recesso forense do titular.

O pedido da Anamatra ao STF veio após atuação da entidade pelo pleito, iniciada ainda em 2007. Na ocasião, a entidade ingressou com Pedido de Controle Administrativo (PCA) no CNJ, por meio da qual impugnava o artº 2º da Resolução nº 33 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), e requeria o reconhecimento do pagamento da parcela prevista no art. 656, § 3º, da CLT, aos juízes do trabalho substitutos, quando das férias, recesso, licenças e afastamentos.

À época, o CNJ entendeu que não era competente para examinar o referido PCA antes do pronunciamento do CSJT, razão pela qual remeteu os autos para aquele órgão. No CSJT, reconhecido como “pedido de reexame”, o processo foi inteiramente indeferido, tendo sido mantido o inteiro teor do artº 2º da Resolução nº 33.

Contra a decisão do CSJT, a Anamatra propôs novo PCA no CNJ, visando obter, em grau de recurso, o reconhecimento do direito dos juízes substitutos de receber o subsídio de juiz titular, quando estivessem substituindo ou auxiliando, durante período de férias, recesso forense, licenças ou afastamento. Diante desse PCA, o Conselho Nacional de Justiça manteve a decisão do CSJT, não concedendo aos juízes substitutos o direito pleiteado no processo. ■

Suspensão de concurso

Foto: Arquivo Anamatra



O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) acolheu, no mês de agosto, por unanimidade, pedido de providência formulado pela Anamatra (CSJT - 208800/2009-000-00-00.7) no qual a entidade pedia a anulação do edital de convocação do concurso nacional para juiz do Trabalho substituto da 12ª Região e a abertura de certame para remoção.

A ministra Cristina Peduzzi, que já havia concedido liminar no pedido, formulou seu voto nos termos do art. 5º, caput, e § 2º da Resolução nº 21/2006 do CSJT, que determina só ser válida a abertura de concurso público para preenchimento de vagas de juiz do Trabalho substituto caso elas sejam previamente oferecidas em procedimento de remoção. ■

“Começar de Novo”

A Diretoria Executiva da Anamatra, reunida no dia 8 de dezembro, em Brasília, deliberou que a entidade estará aderindo ao projeto “Começar de Novo”, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O projeto tem como objetivo principal promover ações de reinserção social de egressos do sistema carcerário e de cumpridores de medidas e penas alternativas, através de ações educativas, de capacitação profissional e de reinserção no mercado de trabalho. A Anamatra fará, em 2010, um processo seletivo, obedecendo ao procedimento do Comitê Gestor do CNJ para o projeto, para a escolha do funcionário que atuará na sede da entidade, em Brasília. ■

Equiparação entre magistrados e MP

A Anamatra protocolou no CNJ, no mês de outubro, Pedido de Providências (PP 2009.10.0000.45145), no qual pleiteou a simetria constitucional entre os regimes jurídicos do Ministério Público Federal e da magistratura federal, até que seja editada disciplina específica para os juízes. A Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), também protocolou pedido sobre o tema. As duas propostas ainda não chegaram a ser apreciadas pelo Conselho. ■

Ajuda de custo em caso de remoção a pedido

O CNJ reafirmou, por unanimidade, na sessão do dia 24 de novembro, que os juízes do Trabalho substitutos têm direito a ajuda de custo em caso de remoção a pedido. A decisão do Conselho veio após pedido da Anamatra (200910000018555) para garantir que a medida fosse respeitada pelos Tribunais Regionais do Trabalho. O CNJ já havia respondido afirmativamente pleito anterior sobre o assunto, também formulado pela entidade. ■

Vitaliciação de magistrados

No mês de setembro, a Anamatra entregou ao conselheiro do CSJT ministro João Batista Brito do Pereira sugestões da Anamatra para a minuta de resolução, que está sendo elaborada pelo Conselho, sobre normas de procedimento no processo de vitaliciamento de magistrados. O conselheiro é o presidente da comissão constituída no CSJT para tratar do assunto. O documento foi elaborado pela entidade, após o envio de ofício do conselheiro, solicitando manifestação da Associação para aprimoramento do texto. ■

ATS no CSJT

A Anamatra encaminhou em junho ao CSJT requerimento no qual solicitou o regular trâmite do processo (CSJT nº 204.540/2009) que dispõe sobre a extensão do pagamento do adicional por tempo de serviço (ATS), não limitado ao teto do funcionalismo público, aos juízes do Trabalho de 1º e 2º graus.

O processo do CSJT originou-se de pleito da Anamatra que, no dia 29 de janeiro, enviou ao órgão pedido para que fossem adotadas as providências administrativas necessárias para o pagamento do ATS aos magistrados do Trabalho, nos termos da referida decisão do STF. ■

Auxílio pré-escolar

A Anamatra apresentou, em junho, ao CSJT, requerimento para que o órgão regulamentasse o pagamento do auxílio pré-escolar aos magistrados do Trabalho, o que viria a ser feito no mês de setembro. O pedido da Anamatra objetivou o cumprimento de decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) do mês de maio que determinou que o CSJT regulamentasse a matéria no prazo de 90 dias. O reconhecimento do direito dos magistrados do Trabalho de receberem o benefício veio após atuação da entidade que, em dezembro de 2008, requereu ao CNJ o pagamento do auxílio, por entender que o mesmo decorria de comando constitucional (PCA 2008100 00033357). ■

Novos conselheiros para o CNJ

Foto: Gláucio Dettmar



Dirigentes da Anamatra prestigiaram, em agosto, a cerimônia de posse dos doze membros da nova composição do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Na Justiça do Trabalho, os representantes são o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Ives Gandra da Silva Martins Filho e os magistrados Nelson Tomaz Braga, do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, e Morgana de Almeida Richa, titular da 15ª Vara do Trabalho de Curitiba (PR). ■

Corregedor-Geral da JT

O CNJ decidiu em setembro, por unanimidade, pelo arquivamento do Procedimento de Controle Administrativo (PCA 2008.10.00.002444-7), de autoria da Anamatra, que questionava a atuação do corregedor-geral da Justiça do Trabalho por extrapolar os limites impostos pela legislação para sua atuação correccional como delimitado no artigo 709 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

O questionamento do PCA da Anamatra incluía também a exigência da prolação de sentenças líquidas nos processos submetidos ao rito sumaríssimo para fins de vitaliciamento e de concessão de autorização excepcional para que o magistrado residisse fora da comarca e de imputação de responsabilidade aos magistrados que não observassem e/ou adotassem a prática recomendada. A intenção da entidade em seu pedido foi a de resguardar as prerrogativas funcionais dos magistrados e sua independência, assim como previstas na Loman e na Constituição Federal.

O Conselho entendeu que como os atos regionais já tinham sido revogados no curso do processo não havia mais interesse no prosseguimento do PCA. Efetivamente os atos da 7ª Região e da 11ª Região, que impunham pena de responsabilidade aos magistrados, não existiam mais, bem como não há mais semelhante constrangimento aos juízes, o que será sempre combatido pela Anamatra. ■

Licença associativa

A Anamatra defendeu em 2009 o direito de afastamento dos magistrados para exercerem presidências em entidades de classe. O CNJ iniciou julgamento do Procedimento de Controle Administrativo (2009.30.00.000042-9) tratando do tema no mês de agosto, mas a decisão foi adiada.

Em memorial entregue a todos os conselheiros, a Anamatra ressaltou o caráter discriminatório da norma e o viés “antissociativo”, que busca “criar subclasses de associações” e na prática “sugere o ‘fechamento branco’ das entidades menores que terão o seu funcionamento e representação prejudicados ou inviabilizados”. A entidade lembrou também que a proposta viola o princípio de reserva de lei e a licença está prevista, expressa e incontroversamente, na Lei Orgânica da Magistratura.

Além dos memoriais, os conselheiros receberam também cópias de parecer do professor Luis Roberto Barroso que, opinando sobre proposta a pedido da Anamatra, entendeu ser impossível haver disciplinamento restritivo pelo CNJ sobre a temática das licenças associativas. ■

Programa Casas de Justiça e Cidadania do CNJ

O grupo gestor nacional do Programa Casas de Justiça e Cidadania, de iniciativa do CNJ, passou a ter entre seus integrantes dois representantes da Justiça do Trabalho - os juízes Gustavo Vieira (Amatra 4) e Noemia Porto (Amatra 10). O programa foi lançado pelo CNJ em dezembro de 2008 e busca, entre outros pontos, integrar a sociedade com o Poder Judiciário em espaços físicos cedidos pelos órgãos, onde haverá o trabalho voluntário com oferta de cursos de profissionalização, informações sobre serviços públicos, conhecimentos sobre cidadania, direito, saúde, assistência judiciária voluntária e mecanismos para a solução de conflitos. ■

Regulamentação do funcionamento do Conselho

A Anamatra encaminhou, no mês de abril, ao presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministro Milton de Moura França, anteprojeto de lei que dispõe sobre a regulamentação do Conselho. Atualmente, o funcionamento do CSJT – órgão responsável pela supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça Trabalhista – é regulamentado por resolução do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

No documento enviado ao ministro, a Anamatra lembra que com a promulgação da Emenda Constitucional nº 45, que criou o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), estava previsto a necessidade promulgação de lei (art. 111-A, § 2º, II) para a sua regulamentação. Mas, cinco anos após a promulgação da Emenda, ainda não foi encaminhado ao Congresso Nacional projeto nesse sentido. ■

TV Anamatra



Já conhecido meio de comunicação da Anamatra com os internautas, por meio do site da entidade, a TV Anamatra

trouxe variado conteúdo no ano de 2009. Entre as entrevistas destacam-se as realizadas com o secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Rubens Curado, com o corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Carlos Alberto Reis de Paula, e com o diretor da Enamat, ministro Antonio José de Barros Levenhagen. O acervo histórico de entrevistas com grandes nomes que participaram da história do Direito e da Justiça do Trabalho também foi enriquecido com a realização da entrevista com o ex-presidente do TST ministro Francisco Fausto.

Os parlamentares também foram ouvidos pela Anamatra. Em 2009, a equipe da TV conversou com o deputado João Dado (PDT-SP), vice-presidente da Comissão Mista de Orçamento, e com o deputado Flávio Dino, que integra a Comissão de Constituição e Justiça e é relator de diversos projetos ligados ao Poder Judiciário. ■

Especialização em Teoria Crítica dos Direitos Humanos

Em 2009, mais uma turma iniciou o “Curso de Especialização em Teoria Crítica dos Direitos Humanos: Globalização e Direitos” da Universidade Pablo de Olavide (UPO). Desta vez, procuradores do Trabalho também participaram do curso, juntamente com os magistrados. Entre diversos encontros promovidos durante o ano destaca-se o 1º Seminário Master Presencial, realizado em novembro, na sede da Amatra 7, com a participação do Profº Dr. Antonio Baylos, da Universidad Castilla La Mancha, um dos diretores do curso. A 1ª turma, formada exclusivamente por magistrados do Trabalho, também finalizou o curso este ano.

A realização do “Curso de Especialização em Teoria Crítica dos Direitos Humanos: Globalização e Direitos” é uma parceria da Universidade Pablo de Olavide (UPO), da Anamatra, da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e de outras instituições de ensino. O curso é direcionado e adaptado especialmente para atender ao público de magistrados e procuradores do Trabalho. ■

Revista Anamatra vence Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça

A Revista Anamatra venceu a sétima edição do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, na categoria “revista”. A publicação já havia vencido as edições de 2005, 2007 e 2008 do prêmio, que é uma iniciativa do Fórum Nacional de Comunicação e Justiça (FNCJ), uma organização não-governamental sem fins lucrativos, voltada à promoção de debates e ações para aproximar as organizações públicas do cidadão. Lançado em 2003, o prêmio visa contribuir para o aperfeiçoamento dos produtos e serviços das Assessorias de Comunicação a partir do destaque de experiências bem sucedidas na área. ■

Jogos Nacionais – Bonito 2009

Foto: arquivo Anamatra



Os Jogos Nacionais da Anamatra foram realizados este ano em Bonito, no Mato Grosso do Sul, entre os dias 29 de outubro e 1º de novembro. Foram cerca de 200 partidas em quatro dias de evento e mais de 400

participantes, entre juízes-atletas e acompanhantes, mostrando porque o evento figura no calendário oficial da Anamatra.

O evento, que foi organizado pela Anamatra em parceria com a Amatra

24, trouxe muitas novidades, entre elas o acendimento da pira olímpica e o juramento do atleta, realizados na cerimônia de abertura. Outra inovação foi a modalidade biribol, que se somou às tradicionais disputas do evento. ■

Nova diretoria para a Anamatra

Foto: Alessandro Dias



A nova diretoria da Anamatra, eleita para o biênio 2009/2011, foi empossada em solenidade realizada na noite do dia 27 de maio, em Brasília. O juiz Luciano Athayde Chaves da 21ª Região

(RN) assumiu a presidência da Anamatra, em substituição ao juiz Cláudio José Montesso, que retornou à 1ª Região, onde é juiz titular da 58ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. ■

Troca de experiências

O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, recebeu diversas visitas de cortesia na sede da entidade durante o ano de 2009. Duas delas fizeram parte do Programa de Intercâmbio de Magistrados entre Estados-Parte do Mercosul e Países Associados e o Supremo Tribunal Federal. Em ocasiões distintas, magistrados do Equador e do Paraguai estiveram na sede da Anamatra para conhecer o funcionamento da estrutura da Justiça do Trabalho do Brasil e também do movimento associativo. ■

Novos juízes do Trabalho

Duas turmas de novos juízes do Trabalho estiveram em Brasília em 2009 para participarem do curso de formação inicial da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat). As 7ª e 8ª turmas estiveram na sede da Anamatra em maio e outubro, quando foram recebidas por dirigentes da entidade e puderam conhecer um pouco sobre a organização da Associação, suas atividades e frentes de atuação. ■

Preparativos para o Conamat

O 15º Conamat, que será realizado em 2010 em Brasília, foi objeto de diversas reuniões das Comissões Científica e Organizadora do evento. Além desses encontros, foi promovida uma audiência pública no dia 20 de outubro, na Câmara Legislativa do Distrito Federal para discutir o tema do evento – “A Constituição, o Trabalho e a Democracia: Tensões e Perspectivas”. A audiência foi resultado de um requerimento do deputado Chico Leite (PT), a pedido da Anamatra e da Amatra 10. ■

Pesquisa Anamatra e Cesit

Com o objetivo de avaliar a opinião dos magistrados sobre temas ligados ao Judiciário, à sociedade e aos fatos relevantes da vida política, social e jurídica do país, a Anamatra realizou, em parceria com o Centro de Estudos de Economia Sindical e do Trabalho (Cesit), da Universidade Estadual de Campinas, uma pesquisa entre seus associados, intitulada “Trabalho, justiça e sociedade: o olhar da magistratura do trabalho sobre o Brasil do século XXI”. A íntegra da pesquisa foi disponibilizada na área de publicações do site da Anamatra.

A coleta de dados ocorreu entre julho e setembro de 2008. A pesquisa contou com a participação de um universo bastante expressivo de magistrados (792 ao todo), o que corresponde a mais de 20% da população pesquisada (cerca de 3.500), oferecendo enorme representatividade estatística para as informações apresentadas nesse relatório. Todas as instâncias da Justiça do Trabalho estão representadas na pesquisa, tendo em vista que juízes do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho, titulares de Vara e juízes substitutos responderam à pesquisa. Magistrados de todas as regiões do Brasil enviaram as suas respostas. ■

Ministro Moura França na reunião do Conselho de Representantes

Foto: arquivo Anamatra



O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Milton de Moura França, participou, no dia 17 de março, da reunião do Conselho de Representantes da Anamatra. O presidente veio acompanhado do ministro Aloysio Silva Corrêa da Veiga. Na ocasião, os presidentes de Amatra e dirigentes da Anamatra falaram com o ministro sobre diversos assuntos, entre eles o pagamento dos passivos, a escolha dos representantes da Justiça do Trabalho no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Resolução nº 53 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). ■



Publicações

Além da tradicional Revista Trabalhista Direito e Processo, editada pela LTR, que chegou à sua 32ª edição no ano passado; a Anamatra lançou em 2009 o livro “Ampliação da Competência da Justiça do Trabalho”. A publicação foi organizada a partir do 2º Seminário Nacional sobre a Competência da Justiça do Trabalho – 5 anos depois, realizado por diversas entidades ligadas ao mundo do trabalho, e contém degravações e textos elaborados pelos painelistas do evento sobre o seu tema central. ■

Prerrogativas em pauta

A Anamatra recebeu durante duas ocasiões em 2009 os diretores de prerrogativas das Amatras de todo o Brasil. Em outubro, a entidade promoveu o 2º Encontro Nacional de Prerrogativas da Magistratura Trabalhista, com a participação do juiz federal José Paulo Baltazar Júnior, juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, que proferiu palestra sobre a uniformização de normas relativas ao procedimento disciplinar aplicável aos magistrados (foto).

Em novembro, os magistrados voltaram a se reunir na sede da Anamatra para discutir temas como as condições de trabalho e a saúde ocupacional dos juizes, com abordagem de questões como estrutura física do ambiente e a carga do trabalho como elementos que interferem na saúde. ■

Foto: arquivo Anamatra



Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho

Acompanhar, orientar e avaliar a política de preservação e tratamento adequado dos acervos dos Tribunais do Trabalho, bem como incentivar a organização de Memoriais da Justiça do Trabalho de cada um dos Regionais que ainda não o possuem. Com esse

objetivo, foi criado o Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho (Memojutra). A Anamatra esteve presente na reunião do Fórum, ocorrida no mês de agosto, no Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. ■

Crise econômica

A crise econômica mundial foi objeto de preocupação da Anamatra durante todo o ano de 2009, em especial no que se referiu às demissões em massa.

Em uma dessas iniciativas, no mês de fevereiro, dirigentes da Anamatra reuniram-se com representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), ocasião em que definiram um

pedido conjunto à Procuradoria Geral do Trabalho para que a mesma recomendasse uma padronização das negociações aos sindicatos. ■

Fórum Mundial de Juizes

Foto: João Peres



Dirigentes da Anamatra e juizes do Trabalho de diversas regiões do país participaram da quinta edição do Fórum Mundial de Juizes, entre os dias 23 e 25 de janeiro de 2009, em Belém (PA). O encontro teve como objetivo discutir temas como crimes contra a humanidade, independência do Judiciário e meio ambiente.

O V Fórum Mundial de Juizes, que antecedeu o Fórum Social Mundial, foi realizado pela Amatra 8, pela Associação dos Juizes Federais (Ajufe) e pela Associação dos Magistrados do Estado do Pará (Amepa), e teve a Anamatra como uma das entidades promotoras. ■

Modernização da legislação trabalhista

Foto: Arquivo Anamatra



Durante o ano de 2009, a Anamatra participou de diversas reuniões da Comissão constituída pelo Ministério da Justiça com o objetivo de discutir a modernização da legislação trabalhista. A entidade, que integra a referida comissão, debateu durante todo o ano várias propostas para auxiliar o Governo Federal a aprimorar e a modernizar a legislação material e processual do trabalho, conforme disposto no *II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais Acessível, Ágil e Efetivo*.

Entre as questões discutidas pela Comissão durante o ano de 2009, estiveram as propostas de reforma processual, em especial, a que moderniza a execução trabalhista. Foram também objetos de debate os anteprojatos sobre a terceirização e as novas tutelas jurídicas, entre elas, o teletrabalho, o trabalho eventual e a transferência de empregados para o exterior. ■

Adicional de insalubridade

O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, recebeu no mês de novembro o presidente da Anamatra, Luciano Athayde. Na ocasião, foram discutidos dois assuntos de importância para a Anamatra. O magistrado renovou ao ministro pedido de atenção com relação à criação de um marco regulatório para a base de cálculo do adicional de insalubridade. Essa preocupação da Anamatra foi externada ao Ministério do Trabalho durante todo o ano de 2009.

A regulamentação do dispositivo constitucional que cria o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas (FGET) também foi outro assunto tratado pela Anamatra com Carlos Lupi. A criação do FGET foi incorporada à Constituição Federal por meio da Reforma do Judiciário (Emenda Constitucional nº 45), promulgada em 2004, porém ainda carece de regulamentação. ■



Foto: Arquivo Anamatra

Penhora online

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, vetou o art. 70 do Projeto de Lei de Conversão nº 2/2009, resultante da Medida Provisória nº 449/2008. O veto, ocorrido no dia 28 de maio, foi comemorado pela Anamatra. O dispositivo determinava que a execução das micro, pequenas ou médias empresas estivesse condicionada ao exaurimento de todos os demais meios executivos (imóveis e automóveis, por exemplo).

O dispositivo objeto do veto foi preocupação da Anamatra que se manifestou contrária ao seu teor, quando de sua aprovação pela Câmara dos Deputados no dia 24 de março e, posteriormente, pelo Senado Federal. No dia 8 de maio, a entidade enviou ofício ao presidente da República com pedido de veto ao artigo. ■

Ano de posses

A Anamatra prestigiou durante o ano a posse de diversas autoridades, entre elas do presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Milton de Moura França, e do novo ministro Augusto César Leite de Carvalho. A solenidade de posse do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, ocorrida no mês de julho, também contou com a presença do presidente da Anamatra, Luciano Athayde.

O Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecot) também empossou novos coordenadores no dia 25 de novembro, com a presença de dirigentes da Anamatra. A desembargadora Eneida Melo, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 6ª Região, foi empossada como coordenadora do Colégio. O desembargador Aloysio Santos (TRT da 1ª Região) foi empossado vice-coordenador, e Alberto Viana (TRT da 6ª Região), nomeado secretário. ■

Audiências com o presidente do TST

Foto: Arquivo Anamatra



O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Milton de Moura França, recebeu em várias ocasiões durante o ano os dirigentes da Anamatra. Entre os assuntos tratados nessas audiências estiveram a quitação dos passivos dos magistrados e a expectativa dos associados da Anamatra quanto à situação não isonômica da magistratura do Trabalho em comparação com os demais ramos do Poder Judiciário. ■

2º Pacto de Estado por um Judiciário mais Rápido e Republicano

Em solenidade prestigiada pela Anamatra, o Ministério da Justiça promoveu, no âmbito da Secretaria de Reforma do Judiciário, em abril, o lançamento do 2º Pacto de Estado por um Judiciário mais Rápido e Republicano. O aperfeiçoamento do Estado Democrático de Direito e de suas instituições, bem como o fortalecimento da proteção dos direitos humanos fundamentais e a efetividade da prestação jurisdicional, são algumas das metas fundamentais do Novo Pacto.

A Justiça do Trabalho foi abordada no novo pacto em diversos pontos, entre eles o aperfeiçoamento de aspectos como: a legislação material trabalhista, visando a ampliar, de especial, a disciplina de novas tutelas de proteção das relações do trabalho; o sistema de execução trabalhista para incorporar aprimoramentos já adotados no processo de execução civil; o recurso de revista; o recurso ordinário e o procedimento sumaríssimo no processo trabalhista. ■

Observatório da Justiça Brasileira

Dirigentes da Anamatra participaram, no mês de junho, no Ministério da Justiça, da solenidade de abertura do Seminário para apresentação e orientação do “Observatório da Justiça Brasileira”. A iniciativa usou como exemplo o Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, que tem como coordenador Boaventura dos Santos, do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra.

O Observatório será um espaço público não estatal de debate e pesquisas sobre o Sistema de Justiça e pretende estimular a produção acadêmica e científica para orientar reformas de leis e dar mais agilidade à Justiça brasileira. No Brasil, será implementado pela Secretaria de Reforma do Judiciário, em conjunto com a Secretaria de Assuntos Legislativos e a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. ■

Processo virtual

Dirigentes da Anamatra participaram, no mês de março, no TST, da solenidade de lançamento do primeiro módulo do Sistema Unificado de Administração Processual (SUAP), desenvolvido mediante convênio do TST com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

A expectativa é que o SUAP esteja completamente implementado em todo o Brasil em 2011. Ao todo, serão 25 tribunais (incluindo o TST), e 1.378 Varas do Trabalho, compreendendo cerca de 40 mil usuários internos (magistrados e servidores) e 120 mil advogados. ■

Orçamento público

O acompanhamento do orçamento público foi outra grande preocupação da Anamatra durante o ano de 2009. Um exemplo disso foi a audiência que os dirigentes da entidade tiveram com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. Na audiência, foram discutidas diversas questões relacionadas com a área orçamentária e proposto ao ministro a construção de uma parceria institucional com a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) para a melhor capacitação dos magistrados em assuntos orçamentários e de finanças públicas. ■

Anamatra na 98ª Conferência Internacional da OIT

A secretária-geral da Anamatra, Fátima Stern, e o ex-presidente da entidade Cláudio José Montesso participaram no mês de junho na cidade de Genebra, Suíça, da cerimônia de abertura e das sessões plenárias da Assembleia Geral da 98ª Conferência Internacional da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sob a presidência de Khandaker Mosharraf Hossain, ministro do Trabalho e Emprego de Bangladesh. A presen-

ça dos juízes surgiu a partir de iniciativa do então presidente Cláudio Montesso, quando solicitou junto ao Ministério do Trabalho e Emprego a participação da entidade na comitiva brasileira que estaria presente na conferência.

Pela primeira vez, a Anamatra representou a magistratura do Trabalho brasileira no evento, integrando os seus dirigentes a comitiva oficial do governo brasileiro, na qualidade de observadores. A comi-

tiva brasileira vinculada ao ramo do Direito do Trabalho também foi composta pelos ministros do Tribunal Superior do Trabalho Pedro Paulo Teixeira Manus e Dora Maria da Costa, pelo juiz Hugo Cavalcanti Melo Filho, presidente da Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho (ALJT), pelo procurador-geral do Trabalho, Otavio Brito Lopes, pela sub-procuradora Vera Regina Reis e pela procuradora Juliana Vignoli. ■

Fotos: Arquivo Anamatra



Conhecendo os magistrados

Fotos: Arquivo Anamatra



A atuação da diretoria de aposentados da Anamatra durante o ano de 2009 foi intensa. Além de coordenar uma lista de discussão virtual mantida exclusivamente para esses magistrados, a diretora da pasta, Cristina Ottoni Valero, visitou diversas regiões do país, a exemplo de Campinas, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pará e Pernambuco.

O objetivo da magistrada com as visitas foi vivenciar e compartilhar com os associados a realidade de cada região, bem como conhecer os anseios da classe aposentada. “Foram momentos valiosos para esta diretoria, permeados por situações amistosas, acolhedoras e fraternas, além da importante troca de experiências”, afirma a magistrada. ■

João Pessoa sedia 1º Encontro Nacional

Fotos: Arquivo Anamatra



Discutir assuntos de interesse comum dos magistrados do Trabalho aposentados e proporcionar o conagraçamento de colegas das várias regiões do País. Esse foi o objetivo do “1º Encontro Nacional dos Magistrados do Trabalho Aposentados – ativos por uma aposentadoria plena”, ocorrido em João Pessoa entre os dias 30 de abril e 2 de maio. O encontro foi promovido pela Anamatra e pela Associação dos Magistrados do Trabalho da 13ª Região (Amatra 13) com o apoio do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região e da Escola Superior da Magistratura Trabalhista da Paraíba (Esmat 13).

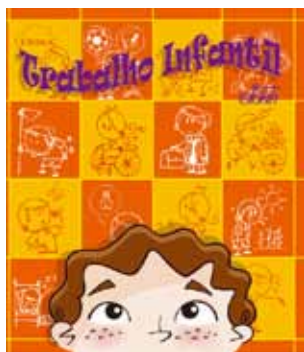
O evento proporcionou aos participantes momentos de lazer e de conhecimento. Além da presença do ministro aposentado do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Luciano de Castilho, que ministrou a conferência de abertura, o evento discutiu previdência, qualidade de vida, entre outros assuntos. Ao final do Encontro, os participantes aprovaram a Carta de João Pessoa, encaminhada a diversos destinatários, entre eles ministros do TST, do Supremo Tribunal Federal (STF) e parlamentares. O documento ressalta, entre diversos pontos, a importância do tratamento isonômico entre os magistrados do Trabalho em atividade e aposentados por

parte dos Tribunais Superiores e Regionais e a inconstitucionalidade dos descontos previdenciários aos aposentados.

Os participantes avaliaram positivamente o Encontro, com a expectativa de que os diversos assuntos discutidos durante os três dias possam ser colocados em prática com ações efetivas da Anamatra e com a participação de todas as Amatras. Para isso, além da Carta de João Pessoa aprovada ao final do evento, os magistrados do Trabalho aposentados aprovaram também uma lista de propostas que foi encaminhada aos integrantes do Conselho de Representantes da Anamatra. ■



Parceria com Abrinq



A Anamatra lançou, no mês de agosto, em parceria com a Fundação Abrinq e o Comitê Betinho Ação da Cidadania, o libreto "Trabalho Infantil". A publicação foi desenvolvida com o objetivo de tornar-se um instrumento pedagógico para o trabalho dos educadores na conscientização sobre o tema junto aos alunos e comunidades atendidas, além de abrir o debate sobre os prejuízos do trabalho infantil, alertar a sociedade para que atenda o problema e para que faça denúncias sobre os casos de exploração de crianças e adolescentes.

A parceria da Anamatra com a Fundação Abrinq iniciou-se no ano de 2006 com o objetivo de promover a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes brasileiros. Entre as atividades desenvolvidas pelas duas entidades estão intercâmbios nas áreas de comunicação, projetos e campanhas, e atuação conjunta no Congresso e no Judiciário, na defesa de leis que possam contribuir para a erradicação do trabalho infantil. ■

15 anos de combate ao trabalho infantil

Durante o ano de 2010, a Anamatra sediou reuniões do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), da qual é integrante. O Fórum completou em 2009 15 anos de existência na luta pela erradicação do trabalho infantil no Brasil.

O FNPETI é uma estratégia não-governamental de articulação, mobilização e sensibilização da sociedade brasileira na luta pela prevenção e o fim da exploração do trabalho de milhões de crianças e pela proteção ao adolescente trabalhador em nosso País. ■



Encontro Nacional

O Encontro Nacional do TJC aconteceu em Recife (PE), nos dias 19 e 20 de novembro. Durante a quarta edição do encontro, juízes do Trabalho, que coordenam o TJC em suas respectivas Amatras, fizeram relatos sobre a experiência do Programa nas respectivas regiões, apresentando os resultados alcançados e traçando novas metas. O evento contou com a presença de integrantes da Comissão Nacional do TJC e de dirigentes da Anamatra, a exemplo do presidente, Luciano Athayde Chaves.

No Encontro, foram anunciadas e ratificadas diversas conquistas importantes do TJC, a exemplo da vinculação à diretoria de cidadania e direitos humanos, da estruturação administrativa e financeira para o Programa, da realização de um trabalho de esclarecimento a ser feito pelas Ouvidorias dos Tribunais aos jurisdicionados, do aprofundamento das parcerias existentes e da busca de novas, além da deliberação pela criação do Portal da Justiça e Cidadania, e por um espaço dedicado ao TJC no 15º Conamat, que acontecerá em Brasília em 2010, entre outros assuntos.

A Comissão Nacional do Programa também foi ampliada, reunindo-se vez na capital pernambucana. Fazem parte agora da Comissão Nacional do TJC, além do diretor de cidadania e direitos humanos, Gabriel Napoleão Velloso Filho, os juízes Beatriz Pereira (Amatra 1), Carla Leal (Amatra 23), Eliete Telles (Amatra 1), Gustavo Vieira (Amatra 4) e Rosimeire Fernandes (Amatra 5), além dos suplentes Édison Vaccari (Amatra 18), Elizabeth Hermes (Amatra 4), Luciana Viotti (Amatra 3), Maria do Carmo Richlin (Amatra 6) e Simone Jalil (Amatra 21).

Outro grande destaque no Encontro foi a apresentação do trabalho desenvolvido pela Amatra 6 em Pernambuco, onde o Programa cresceu bastante em 2009, atendendo cerca de 7,5 mil estudantes de seis escolas. No Encontro Nacional, os resultados de Pernambuco foram apresentados na chamada culminância, que contou com a encenação de peças teatrais, exposição de cartazes e declamação de poesias, além de um concurso que premiou os melhores trabalhos dos estudantes em cada categoria. ■



Fotos: Arquivo Anamatra

Cartilha do Trabalhador em Quadrinhos atualizada

Em razão das alterações legislativas ocorridas desde 2005, a Anamatra atualizou a Cartilha do Trabalhador em Quadrinhos. O lançamento da edição atualizada ocorreu no encerramento do 4º Encontro Nacional do TJC. Ao todo foram impressas 70 mil exemplares da publicação, que contou com o patrocínio da Caixa.



Editada pela primeira vez em 2004, a publicação é o principal instrumento didático do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC), que objetiva disseminar conhecimentos básicos de Direito do Trabalho a alunos de escolas públicas, por meio de parcerias do Poder Judiciário com entidades em diversos estados brasileiros. ■

Consolidação e expansão

Em 2009, o Programa Trabalho, Justiça e Cidadania continuou crescendo e beneficiando milhares de alunos nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul (Santa Maria), Bahia (Salvador e Itapetinga), Pernambuco, Santa Catarina, Paraíba, Goiás, Sergipe, Rio Grande do Norte e Mato Grosso do Sul.

Iniciaram o Programa em 2009 os estados Minas Gerais (em parceria com o Programa “Casas Cidadania”, do CNJ) e Mato Grosso. Os estados do Ceará, Pará, Espírito Santo, Alagoas e Piauí continuaram a fase de implementação do Programa, com a busca de parcerias e colaboradores para as atividades. ■

Fotos: Arquivo Anamatra e Amatras



(1)



(2)



(3)



(4)



(5)



(6)



(7)



(8)



(9)



(10)



(11)



(12)

- (1) Comissão Nacional do TJC reunida na Anamatra, com o presidente da Associação, (2) Itapetinga (BA), (3) Juízes da Enamat conheceram o TJC em exposição do juiz Gustavo Vieira, em outubro, (4) Santa Catarina, (5) Mato Grosso do Sul, (6) Minas Gerais, (7) Goiás, (8) São Paulo, (9) Rio Grande do Norte, (10) Santa Maria (RS), (11) Pernambuco, (12) Assinatura do convênio da Amatra 1 (RJ) com as secretarias estaduais de Educação e do Trabalho do Rio de Janeiro.



Fórum Mundial

“Trabalho escravo: o mal ainda existe e está presente” foi tema de oficina realizada no Fórum Mundial de Juízes, em janeiro, da qual participaram magistrados integrantes da Comissão de Direitos Humanos da Anamatra. A oficina debateu, entre outros assuntos, as formas de escravidão moderna, além das situações típicas de trabalho escravo vivenciadas no Brasil e do trabalho de imigrantes. Juízes, procuradores, estudantes e advogados do Brasil e de outros países, tais como Chile e Argentina, enriqueceram o debate e demonstraram que o problema da escravidão de trabalhadores é um fenômeno que atinge milhares de trabalhadores no mundo globalizado. ■

Capacitação

Uma reunião na Secretaria Especial de Direitos Humanos no mês de outubro, da qual a Anamatra foi participante, definiu estratégias para a realização de curso de capacitação dos auditores fiscais, fiscais do Ibama, policiais rodoviários federais e policiais federais, dentre outros, para combate ao trabalho escravo.

A realização do curso está estabelecida no 2º Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, elaborado pela Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae). As aulas serão ministradas por juízes e procuradores do Trabalho e, também, por estudiosos do Direito do Trabalho. As matérias abordadas no curso, além de direitos humanos, versarão sobre Direito penal, constitucional, econômico, administrativo, ambiental e ambiental do trabalho. ■

Luta pela erradicação

A luta pela erradicação do trabalho escravo também foi uma constante preocupação da Anamatra no ano de 2009. No mês de novembro, o presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, participou de reunião na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que terá um projeto institucional de repressão a essa prática.

A participação em diversas reuniões da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), integrada pela Anamatra, também fez parte da atuação da entidade durante o ano. Uma novidade é que desde o mês de março, a Anamatra passou a integrar, também, o grupo executivo da Conatrae, que, entre outras deliberações, elaborou o regimento interno da Comissão, aprovado em dezembro. ■

Dia Nacional

28 de janeiro. Essa será a data oficial do Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. A lei que oficializa essa criação, bem com a da Semana Nacional, foi sancionada no mês de outubro. A solenidade de sanção, coordenada pelo então presidente da República em exercício, José de Alencar, contou com a presença de diversas autoridades. Pela Anamatra, participou o diretor de informática, Ribamar Oliveira Lima Júnior.

A data foi escolhida para homenagear três auditores fiscais e um motorista do Ministério do Trabalho. Os servidores foram assassinados em 28 de janeiro de 2004, durante vistoria em fazendas na zona rural de Unai (MG). ■

PEC 438/2001

Foto: arquivo Anamatra



A luta da Anamatra pela erradicação do trabalho escravo também foi travada nos corredores do Congresso Nacional. No mês de março, o então presidente da Anamatra, Cláudio José Montesso, entregou mais de 6 mil assinaturas para o abaixo-assinado que pede a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 438/2001, que determina o confisco da terra onde for constatada a exploração de trabalho escravo. As assinaturas foram colhidas pelas Amatras de diversas Regiões do país que, além das assinaturas impressas, também fizeram a coleta por via eletrônica (abaixo-assinado eletrônico). A entrega foi feita durante reunião da Frente Nacional Contra o Trabalho Escravo, no Senado Federal, integrada pela Anamatra. ■

Movimento Contra o Tráfico de Pessoas

A Anamatra aderiu ao Movimento Contra o Tráfico de Pessoas (MCTP). A iniciativa do Movimento foi de um grupo de Procuradores Regionais da República. O lançamento da Plataforma Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas ocorreu no mês de novembro e objetiva articular segmentos da sociedade civil para tornar o combate a esse crime e o atendimento às vítimas mais efetivo no Brasil.

Dentre as propostas da Plataforma estão o monitoramento das políticas públicas, o estabelecimento de diálogo com órgãos públicos, participação nos processos decisórios nos planos de enfrentamento ao tráfico, estruturar plataformas regionais a partir de pequenas comunidades, promover campanhas socioeducativas e a capacitação de agentes públicos e privados. ■

Superação da violência no Brasil

A Anamatra participou durante o ano de 2009 de reuniões do Fórum para Superação da Violência e Promoção da Cultura da Paz, do qual é uma das entidades integrantes. O Fórum tem como objetivo mobilizar a sociedade brasileira e suas instituições públicas para combater a banalização da violência e da impunidade e, principalmente, em favor da paz, fomentando uma cultura de harmonia e convivência respeitosa entre os cidadãos, considerando para tanto a diversidade econômica, social, étnica e cultural. ■